

7.

### **Considerações Finais: As novas roupagens do primeiro damismo.**

O percurso realizado neste trabalho orientou-nos por três categorias centrais utilizadas na nossa pesquisa: o papel social da mulher, a cultura política e a mediação social, configurando uma construção ao longo do nosso processo investigativo.

A partir das contribuições teóricas e da pesquisa de campo, fomos definindo outras categorias com que pudéssemos dar conta da análise do objeto de estudo: as novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social.

Primeiramente optamos por estudar o papel social das mulheres, uma vez que, segundo alguns autores (Perrot, Dias, Hahner), um dos papéis que permitiu, historicamente, as mulheres saírem do espaço doméstico e conquistarem os espaços políticos e públicos foi precisamente a prática da caridade e, posteriormente, a atuação no âmbito da Assistência Social.

A compreensão do significado do papel social da mulher permitiu-nos voltar ao passado e desmistificar o que fora construído sobre a figura feminina. As mulheres foram objetos de imagens impostas por uma cultura dominadora, religiosa e masculina, tendo como base o patriarcalismo.

Porém é importante ressaltar que muitas mulheres não foram passivas nem submissas diante deste contexto, e souberam contrapor-se à opressão em que viviam. Verificamos que, na história das mulheres, existiram duas dimensões, de certa forma, distintas e opostas. De um lado houve as mulheres das classes pobres, as quais por sobrevivência transitavam pelo espaço público. No entanto, sua presença em espaços de trabalho não contava, com visibilidade e valorização social.

Por outro lado, as mulheres burguesas, da elite, que se dispuseram a reivindicar um espaço legitimado e tiveram, na filantropia e na caridade, oportunidades de descobertas de outros mundos e possibilidades. Essas mulheres foram acumulando saberes e práticas e conquistando a visibilidade e o espaço

público, os quais não lhes eram destinados. Elas puderam então *sair*, fisicamente e moralmente, dos papéis que lhes foram atribuídos.

Considerando o contexto histórico, remontamos ao período da reunificação da coroa portuguesa e, posteriormente, ao Brasil Imperial quando mulheres da nobreza (rainhas e esposas de governantes), que embora tivessem os seus papéis sociais pré-determinados pelos homens e pela Igreja, transitavam entre o papel de primeira-dama e o povo. Obviamente a atribuição destes papéis tinha uma conotação política, então elas eram mediadoras entre o poder do Estado, representado pela figura do governante, e seus governados. Essas mulheres, apesar da obediência à Igreja e aos seus maridos, assumiram a Regência em algum momento da história e, ocuparam o espaço público. Em alguns casos a atuação delas foi inovadora em relação ao tempo histórico.

No contexto sul-americano, na consolidação dos Estados Nacionais, deparamo-nos com as primeiras-damas na Argentina, Evita Perón e Darcy Vargas no Brasil. Dois ícones que marcaram a história de seus países. A primeira procurou transmitir uma autoimagem da mulher forte, que ajudava aos mais pobres e rejeitados — os *descamisados*. Apoiou o marido, considerado também o “Pai dos Pobres”. Conciliando o papel de mulher com o de primeira-dama, ocupando um espaço que sempre foi reservado aos homens. Eva Perón expandiu leis sociais que naquele momento regiam a condição feminina na sociedade argentina, consagrando-se como um *mito* na história do país.

Quanto à Darcy Vargas, ela viveu papéis claramente definidos pela sociedade patriarcal de seu tempo: mulher, esposa, mãe. Por essa via, foi criando o seu poder e usufruindo dos privilégios que ele oferecia. Em larga proporção, ela mobilizou outras mulheres e vários segmentos da sociedade para o trabalho voluntário e assistencial até a constituição da primeira e mais importante instituição de cunho assistencial, a LBAS que foram projetadas as bases para o primeiro damismo brasileiro. Darcy Vargas construiu a sua história e não foi reverenciada como “Mãe dos Pobres”, mas teve uma representatividade na história das mulheres e na história da assistência social.

Vimos o ressurgimento do primeiro damismo na Era Collor com a atuação da primeira-dama D. Rosane Collor e após o *ipeachment* de Fernando Collor tivemos a primeira-dama D. Ruth Cardoso que trouxe inovações com o

Programa Comunidade Solidária (PCS), no que tange aos novos instrumentos de intervenção na avaliação e monitoramento de projetos.

Este programa se caracterizou como assistencialista e seletista no direcionamento do combate à pobreza, porém destacamos o papel da mulher, da intelectual, da esposa na conquista do espaço público.

A trajetória política dessas mulheres deixou a sua marca, na sociedade. Elas foram mulheres, cada qual no seu tempo histórico e com suas diferenças, que conquistaram espaços e mantiveram-se neles.

Em relação à categoria *cultura política*, historicamente construída no país, é importante destacar que apesar de alguns avanços, as antigas práticas persistem na nossa sociedade, como a cultura do favor, do clientelismo, dos valores, das práticas político-filantrópicas e da benemerência. Esses conceitos, na prática, aliados ao assistencialismo e à caridade, sempre permearam a história da assistência na sociedade brasileira. Estas conexões ainda permanecem no pensamento brasileiro e repercutem nas práticas, que ao longo da história, foram construídas e reatualizadas.

Por outro lado, vislumbramos um novo momento, no interior do processo de redemocratização e da promulgação da Constituição Federal/88, que definiu a assistência como uma política pública. Neste sentido, constituiu-se em um campo em transformação, visto que a assistência, enquanto uma política social, iniciou a construção de um novo modelo, descentralizado e participativo, cuja implementação se concretizou apenas a partir dos finais dos anos 90. A intenção foi de romper com um sistema burocrático e de favor.

Deparamo-nos com uma política pública regulamentada que vai sendo implantada nas diferentes realidades nacionais, impactando e pressionando as ações das primeiras-damas frente a novas determinações exigidas pela implementação da NOB/SUAS. Tais determinações, principalmente após 2004, vêm provocando mudanças no trato da política de assistência social e novos desafios de gestão.

Atualmente as primeiras-damas que estão à frente da gestão da assistência devem ter o entendimento de que existe uma lei regulamentada, a qual deve ser colocada em prática. Para isto também é importante o seu total conhecimento, assim como a capacitação e qualificação destas gestoras. Na verdade este entendimento sobre a política de assistência coloca-se como

condição *sine qua non* para o acesso, o uso e a ampliação dos recursos financeiros.

Por fim, no decorrer da nossa pesquisa, identificamos a categoria mediação social como uma das mais importantes para análise das entrevistas, porque ao nos debruçarmos sobre esta categoria, verificamos que ela permanece imbricada no contexto das ações do primeiro damismo. As mulheres, rainhas ou primeiras-damas, sempre representaram o papel de mediadoras sociais entre o poder e o povo. Seja através de uma imagem construída, seja através de práticas de maior acessibilidade. As primeiras-damas entrevistadas consideraram este um dos seus maiores triunfos: a maior aproximação com a população envolvida.

É importante destacar que, de um modo geral, as entrevistas se caracterizaram por um discurso que pode ser traduzido como um conjunto de “*imagens positivas*” que determinaram a atuação das primeiras-damas, como modelo ou exemplo de mulheres atuantes no campo social. Predominou, portanto, um discurso oficial, coerente, correto, com “elementos socialmente aceitos” em relação à condição feminina no contexto atual.

Algumas das entrevistadas rejeitaram o estereótipo do primeiro damismo, principalmente quando esse pudesse configurar uma condição de “mera representação social”. Assim, seja por sua militância política anterior ao cargo, seja por sua formação universitária e profissionalização, as atuais primeiras-damas consideram-se alheias do que configuraria negativamente um “primeiro damismo”.

Essa é, portanto, uma das primeiras novas roupagens identificadas: as atuais primeiras-damas apresentaram-se mais técnicas, profissionalizadas e, parte delas, também militantes políticas. Estas dimensões são do ponto de vista delas, o que lhes garantem legitimidade de acesso aos atuais cargos públicos que passam a ocupar após a posse de seus maridos.

Outro aspecto observado é o que se refere às áreas e projetos sociais designados como suas atuações prioritárias. Em primeiro lugar, a assistência social *strito senso* e sua secretaria municipal não são mais as áreas prioritárias das primeiras-damas. Ou a assistência social vem articulada a outras áreas sociais (trabalho, renda, habitação, etc.), ou as primeiras-damas vinculam-se a projetos governamentais importantes e prioritários da gestão municipal. Assim os projetos sociais selecionados como “a vitrine ou a marca” do mandato municipal e que

oferecem uma maior visibilidade social e política são atribuídos ou assumidos pelas primeiras-damas. Tentando fugir à antiga articulação com a caridade e o assistencialismo, as esposas dos dirigentes municipais têm assumido programas educativos de “capacitação e profissionalização de jovens”, “implantação de centros de convivência”, “alfabetização de adultos e/ou reforço e ampliação escolar”. Com isso, sua atuação tem se encarregado de produzir *novos formatos institucionais*.

Esta é do nosso ponto de vista, uma segunda nova roupagem do primeiro damismo. Assumindo a chefia de fundações, ONGs e entidades municipais supradepartamentais ou intersetoriais, as primeiras-damas tentam “escapar das barreiras burocrático-administrativas” que marcam a administração municipal, ou mesmo as regulações inerentes às políticas públicas nacionais de execução descentralizada.

Esses novos formatos institucionais têm garantido várias “inovações” na atuação das primeiras-damas: em primeiro lugar, não sendo entidades puramente públicas, lhes permite o uso de recursos privados (doações, contribuições de empresários etc). É importante destacar que os recursos públicos são absolutamente fundamentais ao funcionamento dos projetos, fundações e ONGs. Assim, a requisição de profissionais funcionários; o uso de equipamentos e serviços da rede pública; o uso de mobiliário e veículos transita de forma naturalizada entre governo e entidades sociais geridas pelas primeiras-damas. Em muitos casos, o padrão de atendimento destes serviços e projetos é de “melhor qualidade” que os prestados pela rede pública gerida pelas Secretarias Municipais.

Obviamente a condição de primeira-dama é de significativa importância na coleta de recursos, nas solicitações de apoio e de serviços (interna e externamente ao governo municipal) e na garantia de padrão de qualidade das ações por elas promovidas. Tem-se, portanto, um novo jogo de poder que, mesmo não sendo assumido conscientemente pelo discurso das primeiras-damas entrevistadas, configura como uma “nova roupagem” do primeiro damismo através da qual essas mulheres permanecem dando apoio fundamental ao poder de seus esposos, ainda que de forma paralela à política pública de assistência. Essa é de responsabilidade das Secretarias e Conselhos Municipais de Assistência Social, que devem seguir regulações e controle técnico-políticos os quais as primeiras-

damas tentam superar através de seu poder e prestígio, legitimados por seu acesso direto aos dirigentes municipais do executivo e do legislativo.

No nosso estudo também verificamos que as primeiras-damas atuais diferem da primeira-dama, especificamente Darcy Vargas, no que se refere à trajetória acadêmica e maior visibilidade no espaço público. Mas quanto às semelhanças, a pesquisa indicou que os papéis sociais construídos e que se configuraram em toda a trajetória dessas mulheres, como esposa, mãe, avó, trabalhadora e primeira-dama permanecem em nossa sociedade, quer seja na época da primeira-dama Darcy Vargas ou Ruth Cardoso, ou nas das primeiras-damas na sociedade atual.

Faz-se necessário que o primeiro damismo desenvolva uma consciência social; que perceba os usuários dos serviços sociais como sujeitos histórico e cidadãos de direitos e que coloque em prática as diretrizes da assistência social enquanto política pública, como prevê a LOAS/SUAS, e não como assistencialismo ou benesse.

Longe de esgotar o assunto, gostaríamos, com esta pesquisa, de preencher lacunas e abrir outras com o intuito de provocar futuras discussões.